A PANDEMIA DA COVID-19 E OS SEUS IMPACTOS PARA AS PRÁTICAS DA AUTOMUTILAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

ALMEIDA, Rodrigo da Silva [1]
Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: rodrigoalmeidapsi@gmail.com

SILVA, Andréa Adriana da [2]
Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: andreapsial@gmail.com

SANTOS, Francilene de Melo [3]
Pós-Graduanda em MBE de Liderança e Coaching pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR)
E-mail: fran.mcz@hotmail.com

SOUZA, Lirani Firmo da Costa [4]
Pós-Graduanda em Psicologia Comportamental e Cognitiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)
E-mail: liranisouza@hotmail.com

[1]Rodrigo da Silva Almeida, Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), na linha: Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa: Processos Educacionais e Desenvolvimento Humano (CNPq). Especializando em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). E-mail: rodrigoalmeidapsi@gmail.com

[2] Andréa Adriana da Silva, Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). Pós-Graduanda em Psicologia Comportamental e Cognitiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Mestranda em Psicologia, na linha: Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas e Integrante do Grupo de Pesquisa: Processos Educacionais e Desenvolvimento Humano (CNPQ), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), do Instituto de Psicologia (IP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: andreapsial@gmail.com

[3] Francilene de Melo Santos. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras\ Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Cursando Pós-Graduação em MBA de Liderança e Coaching na Gestão de Pessoas pela Universidade Pitágoras\ Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: fran.mcz@hotmail.com

[4] Lirani Firmo da Costa Souza, Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). Pós-Graduanda em Psicologia Comportamental e Cognitiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). E-mail: liranisouza@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre os impactos da pandemia da COVID-19 para as práticas da automutilação, a partir das contribuições da Psicologia Sócio-Histórica. Foi utilizada a metodologia de natureza teórica de ensaio acadêmico. A pesquisa justifica-se porque a atual pandemia tem impactado na saúde mental da população a nível mundial, desencadeando e\ou agravando quadros psicológicos preexistentes, dentre os quais a automutilação. A Psicologia Sócio-Histórica pode contribuir com estratégias de prevenção e enfrentamento da automutilação, ao enfocar a historicidade dessas práticas, contemplando os seus aspectos sociais, históricos, culturais e políticos, reconhecendo suas características de diversidade, singularidade e mudança ao longo do tempo e assume o compromisso com a proposição de políticas públicas que levem em consideração as opiniões das pessoas que se automutilam.

Palavras-chave: Autolesão. Novo Coronavírus. Psicologia Histórico-Cultural.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the impacts of the COVID-19 pandemic for self-mutilation practices, based on the contributions of Socio-Historical Psychology. The theoretical method of academic essay was used. The research is justified because the current pandemic has impacted the mental health of the population worldwide, triggering and \ or aggravating pre-existing psychological conditions, among which self-mutilation. Socio-Historical Psychology can contribute to strategies for preventing and coping with self-mutilation, by focusing on the historicity of these practices, considering their social, historical, cultural and political aspects, recognizing their characteristics of diversity, uniqueness and change over time and assuming the commitment to the proposition of public policies that take into account the opinions of people who self-mutilate.

Key-words: Self-injury. New Coronavirus. Historical-Cultural Psychology.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre os impactos da pandemia da COVID-19 para as práticas da automutilação. Justificamos que essa discussão se faz necessária diante do aumento desse fenômeno na atualidade, especialmente nas escolas, configurando um problema de saúde pública. Também ressaltamos que se faz necessário refletir sobre os impactos da atual pandemia, pois ela tem impactado na saúde mental da população a nível mundial, dentre os quais destacamos as pessoas que se automutilam.

Observamos ainda que a maior parte das pesquisas têm o enfoque clínico e biomédico, não contemplando os aspectos sociais, históricos e culturais dessas práticas e nem há o interesse em discutir sobre a proposição de políticas públicas e que ainda é escasso o número de publicações que problematizam os impactos da pandemia para a

automutilação, o que reforça a importância de mais pesquisas sejam realizadas e também que sejam pensadas políticas públicas que levem em consideração as opiniões desse público, sendo produzidas COM essas pessoas e não PARA elas.

Além disso, o interesse por essa pesquisa surgiu ainda no período de graduação em Psicologia, quando um dos autores se deparou com esse fenômeno em seu estágio supervisionado em Psicologia Escolar e resolveu publicar junto com alguns colegas um artigo de revisão de literatura sobre o assunto (ALMEIDA et al., 2018) e posteriormente no mestrado em Psicologia - em uma pesquisa que encontra-se em andamento - a respeito dos significados e sentidos das práticas da automutilação para adolescentes de uma escola pública de Maceió/AL.

Diante disso, o presente texto encontra-se organizado da seguinte forma: apresentaremos inicialmente os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração deste artigo, que se trata de uma pesquisa de natureza teórica, onde será utilizada a metodologia de ensaio acadêmico. Em seguida traremos os principais pressupostos epistemológicos da Psicologia Sócio-Histórica, aporte teórico que será utilizado nesta pesquisa, seguida de uma breve discussão sobre o atual contexto da pandemia da COVID-19 e os seus impactos para a saúde mental da população. Logo depois problematizaremos os impactos da pandemia da COVID-19 para as práticas da automutilação, ancorados na Psicologia Sócio-Histórica, finalizando com as considerações finais e referências bibliográficas.

1. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui natureza teórica e qualitativa, especificamente um ensaio acadêmico. Nesta modalidade metodológica, nosso intuito será refletir, de uma forma crítica e discursiva, a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 para as práticas da automutilação, aonde iremos, embasados na literatura, trazer o nosso posicionamento a respeito deste assunto (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016). Todavia, destacamos que não é nosso intuito esgotar esta temática e nem pretendemos trazer soluções definitivas e\ou respostas prontas para esta problemática. Ao contrário disso, buscamos aqui capturar os principais blocos construtivos existentes sobre este fenômeno e identificar lacunas sobre este assunto e contribuir para a produção de

conhecimento sobre a automutilação (CRESWELL, 2010).

Também nos apropriamos do argumento de Kamler e Thomson (2015) de que a escrita acadêmica não acontece no vácuo, pois assume o caráter dialógico. Consequentemente, a escrita acadêmica é concebida pelas autoras como integrante de um conjunto de práticas sociais, históricas, culturais e discursivas, sendo o produto do diálogo e da ressonância de outros textos, e por isso possuindo múltiplas possibilidades interpretativas e de utilização.

Isso significa que a escrita acadêmica não se processa de forma neutra e nem é o simples produto de normas acadêmicas de regras padronizadas de redação e estilo, pois: "[...] As práticas de redação acadêmica produzem ao mesmo tempo um estudioso e um texto. No mundo acadêmico, os textos e seus autores são inseparáveis" (p. 48). Desse modo, não existe uma separação entre autor e texto, pois ambos formam um conjunto inseparável, imbricamento que é inerente a qualquer tipologia textual, fazendo com o que a escrita esteja diretamente associada a identidade do pesquisador em um determinado contexto social, histórico, cultural e político, caracterizado pela sua singularidade (KAMLER; THOMSON, 2015).

Além disso, para sustentar a discussão que faremos aqui, foi previamente realizada uma pesquisa bibliográfica em algumas publicações a respeito da pandemia da COVID-19 e também sobre as práticas da automutilação. Também tomamos como base alguns textos da Psicologia Sócio-Histórica, sendo eles: O Desenvolvimento Psicológico na Infância (1998), Psicologia da Arte (1999), Teoria e Método em Psicologia (2004), e Psicologia Pedagógica (2010), todas da autoria de Lev Vigotski. A seguir apresentaremos os principais pressupostos epistemológicos dessa abordagem.

2. A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Psicologia Sócio-Histórica é uma abordagem da Psicologia que tem base nos pressupostos de Lev Semmenovitch Vigotski e seus colaboradores. Caracteriza-se pelo posicionamento crítico, que tem como objetivo a superação das visões dicotômicas e incentivar a produção de uma Psicologia dialética. Ancora-se no marxismo, adotando o materialismo histórico e dialético como epistemologia, teoria e método (BRUNER, 1997; BOCK, 2015).

Essa perspectiva teórica também abdica da visão abstrata de fenômeno psicológico, comum na maioria das abordagens psicológicas, rompendo com a visão idealista (ideologia fundamental do modo de produção capitalista) (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019), que apresenta a ideia naturalizadora de que as: "[...] diferenças individuais decorrentes do aproveitamento diferenciado que cada um faz das condições que a sociedade "igualitariamente" lhe oferece [...]" (BOCK, 2015, p. 27).

O fenômeno psicológico é concebido pela Psicologia Sócio-Histórica como algo dinâmico e mutável, transformando-se ao longo do tempo. Isso implica em afirmar que ele não é preexistente no ser humano, não pertence á natureza humana e é o reflexo das condições sociais, culturais, históricas e econômicas, tendo em vista que: "[...] existe sempre um laço constante e dinâmico entre o sujeito, individual e único, e o coletivo e cultural [...]" (VALSINER, 2012, p. 5).

Também rompe com as epistemologias positivistas cartesianas, e positivistas ao adotar uma postura crítica baseada nos pressupostos do materialismo histórico e dialético (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019), afirmando que: "[...] O psicólogo engana-se totalmente a si mesmo se acreditar que o trabalho de laboratório pode levá-lo a resolver as questões fundamentais de sua ciência [...]" (VIGOTSKI, 2004, p. 351).

Vigotski (2004) trouxe importantes contribuições para a Psicologia, principalmente nos âmbitos metodológico, epistemológico e também como historiador. Ele apontou uma crise nessa ciência, onde havia a fragmentação de várias teorias e sistemas psicológicos distintos e a: "[...] existência de um grande desacordo dentro do pensamento científico que tinha se dividido em numerosas correntes isoladas, que defendiam seu próprio sistema e interpretavam e compreendiam a sua maneira [...] sua ciência" (VIGOTSKI, 2004, p. 41).

Diante disso, defendeu a importância da proposição de uma metodologia unificadora, cuja base estivesse: "[...] no estudo histórico das formas concretas que a ciência vai adotando e na análise teórica dessas formas, para chegar a princípios generalizadores, comprovados e válidos" (VIGOTSKI, 2004, p. 210). Propôs o materialismo histórico e dialético como epistemologia.

A concepção materialista refere-se ao fato de que a realidade material possui existência independente em relação ao campo das idéias e pensamentos e a razão e que existem leis na realidade e que é possível capturá-las e compreendê-las. A dialética

implica no reconhecimento da contradição como a principal característica de tudo o que existe e da presença da contradição e sua superação como a base do movimento de transformação constante da realidade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019).

Já o caráter histórico se refere à historicidade inerente a todas as coisas, inclusive do fenômeno psicológico, devendo a história ser analisada a partir da realidade concreta e não a partir de idéias, objetivando as leis que a governam, que nada mais são do que o reconhecimento das constantes transformações, que não acontecem de forma linear e dialética (BOCK, 2015; BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019).

Consequentemente, para a Psicologia Sócio-Histórica as leis que regem as sociedades e os seres humanos não são concebidas como naturais, mas históricas; e nem são alheias as pessoas, pois são reflexos de suas ações sobre a realidade, através do trabalho e das relações sociais, sendo, portanto, leis objetivas, tendo em vista que elas: "[...] estão na realidade material do trabalho e das relações sociais; entretanto, essa objetividade inclui a subjetividade porque é produzida por sujeitos concretos, que são, ao mesmo tempo, construídos social e historicamente" (BOCK, 2015, p. 44). Vigotski (2007) também tomou a consciência e o desenvolvimento humano como seus principais objetos de estudo, onde o:

> [...] conceito de desenvolvimento humano implica a rejeição do ponto de vista comumente aceito de que o desenvolvimento cognitivo é resultado de uma acumulação gradual de mudanças isoladas. Acreditamos que o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra [...] (VIGOTSKI, 2007, p. 80).

Logo, a Psicologia Sócio-Histórica se compromete com práticas psicológicas transformativas, abdicando da ideia de neutralidade por parte do psicólogo. Para essa abordagem, existe o compromisso ético do profissional e\ou pesquisador de desenvolver suas intervenções cujo foco recai nas condições socioeconômicas e materiais, vontades e projetos das pessoas ou populações em que atuam e não apenas os seus conhecimentos teóricos e metodológicos, atuando para: "[...] transformar algo no processo de registro do mundo do mundo que as pessoas fazem. Trabalhamos para (re)criar sentidos nesses

registros” (BOCK, 2015, p. 197). Portanto, essa perspectiva epistemológica concebe suas práticas psicológicas a partir de uma postura crítica, numa postura dialeticamente social e singular, referenciada pelas demandas da sociedade e das populações. A seguir refletiremos sobre o atual contexto da pandemia da COVID-19, e os seus impactos para a saúde mental.

3. A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE MENTAL

Segundo Zwielewski et al. (2020) a pandemia do novo coronavírus, que teve início em fins do ano de 2019, a partir de um novo surto de pneumonia se espalhou na população mundial. Causada pelo vírus da COVID-19, que teve início na China, a pandemia, espalhou por diferentes países, tirando a vida de milhões de pessoas. Os reflexos do novo coronavírus atingiram uma dimensão global, fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhecesse a sua transmissão como uma pandemia. Todavia, apesar das medidas adotadas para a sua contenção, os governos, profissionais e instituições de saúde e hospitalares não estavam preparados para enfrentá-la. Além disso, dentre as principais pessoas dos grupos de risco estão principalmente: idosos e pessoas com doenças respiratórias e cardíacas.

Para Cruz et al. (2020) a pandemia da COVID-19 é considerada uma ameaça à saúde da população mundial e tem requerido medidas de tratamento e prevenção, impactando em várias dimensões da vida humana, incluindo: biológica, social, ambiental, política, econômica, psicológica e inclusive para a saúde mental. Diante do cenário incerto da pandemia, as principais medidas utilizadas têm sido o isolamento social e a quarentena (situação em que as pessoas já infectadas com o coronavírus ficam totalmente isoladas para evitar o contágio), essenciais para poder evitar a propagação da doença.

Todavia, é importante ressaltar que na pandemia, a quarentena e o isolamento social impactaram de forma muito intensa na saúde mental da população, especialmente a brasileira. Apesar de haver variações e especificidades territoriais e socioculturais, em um país como o Brasil, que possui uma intensa mobilidade relacional, a restrição dos atos de tocar, abraçar, se reunir têm importantes impactos psicossociais, comprometendo a qualidade de vida da população, tanto no sentido de desencadear o

adoecimento de pessoas que até então se encontravam sadias, quanto agravar quadros psicológicos preexistentes, intensificando os sintomas (CRUZ et al., 2020).

Zwielewski et al. (2020) também destacam que o isolamento social, especialmente a quarentena, são vivenciadas como experiências muito desagradáveis e dolorosas, prejudicando a saúde mental, pois: "[...] Há separação e, ao mesmo tempo, confinamento de famílias, rituais de luto são suspendidos, há sentimentos de perda da liberdade, solidão, tédio, incertezas quanto ao futuro, suicídios, assim como ataques de pânico e raiva" (ZWIELEWSKI, et al., 2020, p. 3).

Dentre os principais fatores emocionais que corroboram para o sofrimento psíquico das pessoas em decorrência da pandemia e, consequentemente, o isolamento social, estão: o sentimento de insegurança, ansiedade, pânico, angústia, medo, solidão, e também o acesso reduzido a suporte comunitário religioso\ espiritual, dificuldades de acesso a serviços de saúde mental, a presença de outras doenças preexistentes, como depressão, etc. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). Logo: "[...] é comum a convivência com uma gama de estressores psicossociais, como ameaças á saúde para si e para os entes queridos, interrupções nas rotinas, separação da família, dificuldades de acesso aos medicamentos, perda de salário [...]" (CRUZ et al., 2020, p. 98).

Outras problemáticas que a pandemia trouxe foram a dificuldade e\ou impossibilidade de permanência em domicílio, em decorrência de vínculos familiares fragilizados, o aumento da violência contra mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e\ou incapacitadas e que apresentam algum transtorno mental, incluindo o aumento do uso de substâncias psicoativas, transtornos ansiosos e depressivos, automutilação e suicídio (CRUZ et al., 2020; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Também são consideradas reações naturais em decorrência da pandemia o estresse agudo devido às mudanças na rotina, incluindo problemas financeiros e a necessidade do isolamento. Todavia, situações como: adquirir sintomas suspeitos da COVID-19, a necessidade de fazer testes, aguardar o prognóstico e, em alguns casos, pela evolução da doença, como também perder um ente querido ou pessoa próxima devido ao coronavírus são fatores que impactam na saúde mental da população nesse período (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Diante dessa realidade, torna-se sendo imprescindível conscientizar a população sobre a importância de ações de autocuidado consigo e com o outro no

intuito de assegurar a própria saúde mental e coletiva (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2020). Dentre as principais estratégias de autocuidado estão: procurar manter uma alimentação saudável, evitar o uso de substâncias, como álcool e outras substâncias, procurar manter vínculos com familiares e amigos por meio das TICs, praticar atividade física em casa, meditação e outros exercícios de respiração, manter a fé e atividades religiosas e\ou espirituais em casa, caso façam parte da rotina da pessoa (BATISTA et al., 2020).

Além disso, Cruz et al. (2020) ressaltam que é necessário que sejam propostas ações de cuidado em saúde mental que estejam alinhadas às medidas de prevenção e controle da COVID-19, especialmente no que se refere a necessária manutenção do distanciamento social, pois, tal como argumentam Zwielewski et al. (2020) em situações de crises e desastres, tal como tem acontecido na atual pandemia, os impactos psicológicos não podem ser ignorados.

Nesse sentido, é imprescindível a proposição de práticas de cuidado e de políticas públicas direcionadas para a promoção da saúde mental da população, especialmente nos casos de automutilação e suicídio, levando com consideração a importância de conscientizar a sociedade e oferecer espaços de diálogo e discussão sobre essas práticas, sem estigmatizar, discriminar, rotular, patologizar e nem excluir as pessoas que cometem esses atos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). A seguir discutiremos sobre os impactos da pandemia para as práticas da automutilação e apresentaremos as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica.

4. A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS PARA AS PRÁTICAS DA AUTOMUTILAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A automutilação se refere a um espectro de comportamentos de violência autoinfligida contra o próprio corpo que vão desde cortar ou lesionar o próprio corpo, acompanhado por sangramento, como também: infectar a si mesmo, inserir objetos em cavidades do corpo, puxar pelos e cabelos, como também esfregar cacos de vidro e\ou objetos cortantes\ perfurantes sob a pele. Tais atos podem destruir permanentemente uma parte do corpo e pode desencadear em suicídio (ARATANGY et al., 2017).

Também é importante ressaltar que os comportamentos automutilatórios não têm a intenção direta e nem consciente de suicídio, não são praticados com o intuito de exibição e nem para expressão estética, tal como acontece nas tatuagens, *piercings*, alargadores, etc.; e nem funcionam como elemento de identidade pessoal. A automutilação também não é uma prática aceita dentro do grupo sociocultural do qual a pessoa faz parte (MESQUITA et al., 2011; LOPES, 2017).

Diante do atual contexto da pandemia, o aumento da incidência de comportamentos autolesivos tem acontecido principalmente devido ao isolamento, às incertezas, a perda ou o medo da perda de entes queridos devido a COVID-19, além dos problemas socioeconômicos, que também têm corroborado para suscitar ou agravar o sofrimento psíquico das pessoas, especialmente do público adolescente, aumentando o risco de suicídio (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Outro fator que tem corroborado para o aumento da incidência da automutilação no contexto da pandemia é o maior uso das mídias e redes sociais. Apesar de ser inquestionável que elas possibilitam a interação on-line e o fortalecimento de laços sociais nesse período de isolamento. Todavia, também veiculam páginas e conteúdos sobre autolesões, processo que se difunde das mais variadas formas e redes sociais, incluindo: Facebook, WhatsApp, etc. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Alinhado a isso, Deslandes e Coutinho (2020) argumentam que é inegável que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) sejam uma importante aposta para o enfrentamento dos efeitos adversos do isolamento social, pois os contatos virtuais podem funcionar como uma forma de apoio emocional diante do atual clima social de medo em relação aos desdobramentos da pandemia. Todavia, o uso intensivo da internet também tem efeitos negativos, pois contribui para o aumento da incidência, dentre outras problemáticas, das práticas da automutilação e do suicídio.

A pandemia acaba contribuindo para aumentar a incidências das práticas de automutilação porque tem havido um agravamento de fatores de risco em decorrência do medo da morte, a necessidade de se expor a infecção ao vírus para poder trabalhar e garantir o próprio sustento e dos familiares, principalmente entre populações em condições de vulnerabilidade social (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Deslandes e Coutinho (2020) também concordam que o aumento das práticas da automutilação na pandemia aconteceu devido a maior frequência do uso das TICs e

também do isolamento social, especialmente entre crianças e adolescentes. Houve a intensificação de alguns elementos ligados á sociabilidade digital, especialmente no que se refere á hiperexposição, espetacularização de si e a diminuição de fronteiras público-privadas-íntimas, corroborando para acirrar as práticas de violência digital, principalmente a automutilação e o suicídio.

A hiperexposição é o reflexo do grande quantitativo de dados trocados por meio da internet, através de diversas ferramentas que possibilitam a troca de mensagens com texto, foto, áudio, transmissão de vídeos em tempo real ou de forma gravada, dentre outros, possibilitando uma sociabilidade digital. Essas novas formas de hiperconectividade e mobilidade são ainda mais intensas nas interações da população jovem, população em que comumente a afirmação da sua autoestima é dependente da aceitação nas mídias sociais, a partir do olhar e aprovação do outro, seja de conhecidos ou de desconhecidos (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

Deslandes e Coutinho (2020) também alertam sobre a presença de "jogos" que envolvem comportamentos autolesivos. Os autores argumentam que o aumento da popularidade desses atos está relacionada ao tom de "brincadeira" ou então assumem o formato de um "game", onde seus praticantes agem sem refletir sobre os riscos de se engajar nesses tipos de comportamentos, que podem prejudicar a sua saúde e colocar em risco as suas vidas.

Um dos "jogos" mais conhecidos é chamado de "baleia azul", que é atribuído ao russo Fillipp Budeykin, acusado de aliciar jovens para grupos de suicídio. Consiste num conjunto de atividades diárias, que são enviadas antecipadamente para os participantes, e envolviam uma série de práticas perigosas, dentre elas engolir água fervendo, inalar desodorante e prender a respiração, entrar em apneia por tempo indeterminado, provocar o próprio autoenforcamento e se automutilar, cujo fim acontece com o suicídio (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

Além disso, tais "desafios" são legitimados por esses grupos virtuais, que acontecem em várias redes sociais, principalmente no Youtube e no WhatsApp. Os atos são praticados e filmados, sendo acompanhados por milhares de espectadores de diversos países. Os autores alertam que nesse período da pandemia o aumento da busca por esse tipo de conteúdo cresceu de forma alarmante. Disfarçadas pelo termo "desafios on-line", milhares de jovens de diferentes nacionalidades têm se engajado em atos

perigosos, colocando em risco as próprias vidas (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

No Brasil, um exemplo de “desafio on-line” que tem sido praticado nesse período da pandemia é o “Desafio do álcool em gel”. Utilizando-se dessa palavra-chave, os autores encontraram um vasto acervo de vídeos, especialmente no Youtube, cuja quantidade de visualizações é grandiosa. O mais acessado foi visualizado 421 mil vezes em apenas uma semana. Os “desafios” mais comumente praticados eram: “[...] inalar, beber e atear fogo em uma quantidade do produto no corpo do desafiante ou cuspir o produto em direção a uma chama [...]” (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 2484).

Deslandes e Coutinho (2020) acrescentam que o “desafio” também abrange a inalação, onde a pessoa coloca uma pequena quantidade de álcool em gel em uma superfície em forma de linha reta e com a ajuda de um canudo ou qualquer outro objeto cilíndrico, inspirar o álcool em gel pelas narinas. Isso faz com que o praticante experiencie uma série de reações, incluindo: ardência, espirros, náuseas, vômitos, necessidade de beber água, etc. Outra prática é a ingestão, onde se bebe diretamente o álcool no frasco, como se tivesse bebendo uma dose de bebida destilada.

Diante disso, Deslandes e Coutinho (2020) alertam para os riscos que esses tipos de “desafios” colocam a saúde e a vida de um grande quantitativo de jovens, disfarçados pela roupagem de “brincadeiras”. Outro fator que também contribui para o adoecimento psíquico da população, especialmente dos jovens é o consumo massivo de conteúdos a respeito da situação da pandemia veiculados pelos diversos meios de comunicação de massa, principalmente o número de casos suspeitos, confirmados e de óbitos. Também são agravantes o fato de contrair o coronavírus e\ou de algum familiar ou pessoa próxima ter sido infectada, sendo mais doloroso ainda quando acontecesse a morte de um ente querido.

Tais fatores sociais podem se aliar a vulnerabilidade da pessoa a vários quadros clínicos, dentre os quais a automutilação. Dessa forma, a angústia diante de tempos incertos produz expectativas diante dos possíveis desdobramentos da pandemia da COVID-19, diante do grande quantitativo de pessoas doentes e mortas (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

Nesse sentido, Deslandes e Coutinho (2020) ressaltam que é imprescindível que os pais e familiares possam dialogar mais com os jovens, possibilitando que eles possam expressar suas angústias e sofrimentos e questionamentos para que possam

elaborar psíquica e culturalmente esse atual contexto de pandemia sem sofrer preconceitos, discriminações e estigmatizações. Também é necessário que os pais conversem com seus filhos sobre os perigos desses "jogos" e "desafios" disseminados na internet, que têm crescido mais ainda nesse período de pandemia, especialmente daqueles que envolvem práticas de automutilação.

Além disso, diante do atual contexto de pandemia da COVID-19 e do aumento da incidência das práticas da automutilação, a Psicologia Sócio-Histórica pode nos auxiliar a refletir sobre o assunto sob uma nova perspectiva. Nesse sentido, a automutilação é concebida a partir do viés da historicidade, o que implica em reconhecer que esse fenômeno, similarmente a outras formas de violência, sempre esteve presente na história da humanidade (ALMEIDA; VIEIRA, 2020).

Consequentemente, compreender a automutilação como um fenômeno psicológico enquanto materialidade histórica e dialética é conceber uma perspectiva crítica. Isso implica em trazer sempre o questionamento e, adotando a dialética, não deixar de considerar a polissemia e as contrariedades dos comportamentos autolesivos, como também procurando não reproduzir discursos normativos (DETTMER, 2018).

A automutilação é então visualizada pela Psicologia Sócio-Histórica como um processo psicológico caracterizado pela dinamicidade, sofrendo constantes transformações. É a partir do reconhecimento da natureza semiótica desse fenômeno, em que o ser humano é o produto da sua mútua relação com a cultura e a sociedade, que é possível reconhecer a singularidade de cada pessoa que se automutila (BRUNER, 1997; VIGOTSKI, 2007; VALSINER, 2012).

Reafirmamos aqui a necessidade de um enfoque sócio-histórico da automutilação, diante do atual foco predominante nos aspectos clínicos e neurobiológicos dessas práticas, que deixa de fora processos de natureza social, cultural, histórica e política, o foco na história é importante para essa abordagem, pois se acredita que a historicidade impacta tanto para a produção de conhecimento como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento da automutilação (ALMEIDA; VIEIRA, 2020).

Além disso, Bock (2015), sustenta que a Psicologia Sócio-Histórica tem como foco de intervenção a construção de sentidos pelos sujeitos, ou seja, nos registros que eles fazem do mundo, auxiliando-os a recriar sentidos nesses registros que são fontes de

suas fragilizações, em um processo que: "[...] envolve a organização psicológica do sujeito no decorrer da vida. Vários elementos de registro estarão em jogo e precisam ser buscados" (BOCK, 2015, p. 198).

O psicólogo, fundamentado nos pressupostos dessa abordagem psicológica atua visando romper com os processos de fragilização nos sujeitos, tendo em vista que compreende que a saúde psicológica encontra-se na possibilidade de enfrentar cotidianamente o mundo, de modo a interferir nele, desenvolvendo soluções para as dificuldades que se apresentem, onde a dificuldade para lidar com essa tarefa desencadeia a fragilização do sujeito (BOCK, 2015).

Assumimos também o argumento de Henriques (2018) de que a abordagem da automutilação deve ir além do olhar clínico, biomédico e neurobiológico, que se concentram apenas em extinguir essas práticas, educar os jovens e orientar as suas famílias, ações que, por outro lado, acabam corroborando para rotular, patologizar, medicalizar, estigmatizar e discriminar as pessoas que se automutilam. Também se faz necessário conceber as autolesões sob uma perspectiva mais ampla, incluindo também os aspectos sociais, culturais, históricos e políticos.

Isso implica em pensar na proposição de políticas públicas para as pessoas que praticam automutilação. Apesar de recentemente ter sido implementada a Política Nacional de Prevenção á Automutilação e ao Suicídio - Lei º 13.189 (BRASIL, 2019a), e também a Lei nº 13.968, de 26 de dezembro de 2019 que, além de modificar o crime de incitação ao suicídio, inclui a criminalização das condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique (BRASIL, 2019b); consideramos que se faz necessário pensar em novas políticas, especialmente diante do atual contexto da pandemia.

Todavia, para a perspectiva Sócio-Histórica a efetividade das políticas públicas está intimamente relacionada a importância de levar em consideração as opiniões das pessoas que praticam automutilação, pois a ajuda deve ser ofertada e não imposta. Isso significa que é imprescindível tomar essas pessoas como parte das decisões tomadas, ofertando-lhes espaço para opinar e decidir sobre aspectos importantes dessas políticas e suas práticas (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019).

Assim, essa perspectiva epistemológica, ao sustentar uma postura atenta às condições e projetos de vida das populações, comunidades, instituições e grupos assume

o compromisso com a proposição de políticas públicas em: “[...] um saber-fazer da Psicologia engajado com o seu tempo, destacando o compromisso solidário com grande parte da população excluída de seus direitos básicos” (SILVA; BATISTA, 2015, p. 8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, apesar de serem inquestionáveis os benefícios advindos dos usos das mídias pela população nesse período de pandemia, sendo essencial para a sua sociabilidade. Todavia, não podemos deixar de considerar que, por outro lado, o atual contexto sociocultural tem impactado de várias formas na saúde mental da população, produzindo sofrimento psíquico que, somado ao isolamento social e ao aumento do uso da internet e do crescimento de “jogos” e “desafios” que envolvem comportamentos de violência autodirigida, têm desencadeado ou agravado o surgimento de vários quadros psíquicos, dentre os quais se destacam as práticas da automutilação.

A Psicologia Sócio-Histórica, ao conceber uma nova forma as práticas da automutilação, sustentando o enfoque na historicidade desse fenômeno e contemplando também os aspectos sociais, históricos e culturais e assumindo o compromisso com a proposição de políticas públicas que levem em consideração as opiniões das pessoas que se automutilam. Ressaltamos aqui que nossa compreensão da automutilação como uma manifestação do comportamento humano, sem patologizá-la, medicalizá-la, estigmatizá-la e discriminá-la, não estamos defendendo que ela seja naturalizada, pois consiste em atos perigosos, que colocam em risco a saúde e a vida de seus praticantes.

Nesse sentido, o desafio diante da pandemia da COVID-19 é desenvolver estratégias de enfrentamento e prevenção que vão além do olhar clínico e neurobiológico que se concentram em extinguir essas práticas, educar os jovens e orientar as suas famílias. Abordar a automutilação a partir de um olhar amplo, compromissado com a proposição de políticas públicas é imprescindível. Para isso, faz-se necessária a realização de mais pesquisas neste segmento, especialmente pesquisas de campo, que reconheçam a automutilação e suas características de diversidade e de mudança ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S. et al. A Prática da automutilação na adolescência: o olhar da psicologia escolar\ educacional. *In*: *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais*. Maceió\ AL, v. 4, n. 3, Maio, 2018, p. 147-160. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article>. Acesso em 16 Ago. 2020.

ALMEIDA, R. S.; VIEIRA, N. M. A Inclusão social de pessoas que praticam a automutilação sob o olhar da psicologia sócio-histórica de Vigotski. *In*: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. De 28 a 31 de outubro, Maceió\ AL. *Anais do VIII CONINTER*. Fev. 2020, p. 1-14. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/18034.pdf>. Acesso em 16 Abr. 2020.

ARATANGY, E. W. et al. (Org.). *Como lidar com a automutilação: guia prático para familiares, professores e jovens que lidam com o problema da automutilação*. São Paulo: Hogrefe, 2017.

BATISTA, D. S. et al. (Orgs.). *Suporte em saúde mental em tempos de COVID-10: guia de cuidados aos profissionais da saúde*. Cartilha organizada pelos Residentes de Psicologia do Programa de Saúde do Adulto e do Idoso (HU\UFS). Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br\saude+mental+covid-19.pdf>. Acesso em 23 Set. 2020.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 21-46.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. *Lei Nº 13.189 - Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.* Brasília\DF, Presidência da República, 26 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_Ato/2019/Lei/L13819>. Acesso em 06 Set. 2020.

BRASIL. *Lei Nº 13.968 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique.* Brasília\ DF, Presidência da República, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13968.htm&gt>. Acesso em 24 Set. 2020.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Tradução: Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa*: *métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução. Magda Lopes, 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, N. M. L. V. et al. Apoio psicossocial em tempos de COVID-19: experiências de novas estratégias de gestão e ajuda mútua no sul da Bahia, Brasil. *APS em Revista*. Bahia, v. 2, n. 2, Jun. 2020, p. 96-105. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view.pdf>. Acesso em 20 Set. 2020.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, Abr. 2020, p. 2479-2486. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php.S1413-81232020006702479_arttext>. Acesso em 25 Set. 2020.

DETTMER, S. E. S. *Cutting: uma caracterização do fenômeno em escolas de Dourados (MS)*. 2018, 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados\ MS, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1130&gt>. Acesso em 28 Set. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – Fiocruz. *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19. Suicídio na pandemia COVID-19.* Brasil: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <www.arca.fiocruz.br/Cartilha_PrevencaoSuicidioPandemia.pdf>. Acesso em 22 Set. 2020.

HENRIQUES, R. L. S. P. A Automutilação nas políticas públicas de saúde mental: um olhar através do biopoder e sociedade disciplinar foucaultiana. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*. Minas Gerais, v. 3, n. 6, Dez. 2018, p. 172-189. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article>. Acesso em 28 Set. 2020.

KAMLER, B.; THOMSON, P. Trabalhando com literaturas. *In*: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Tradução Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis\ RJ: Vozes, 2015, p. 45-55.

LOPES, J. J. B. *Quem sou eu(s) em ti? A tácita alteridade na automutilação.* 2012, 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download.pdf>. Acesso em 25 Set. 2020.

MESQUITA, C. et al. Relações familiares, humor deprimido e comportamentos autodestrutivos em adolescentes. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, s/l, Jul. 2011, p. 97-109. Disponível em: <repositorium.sdum.uminho.pt.CIPsiArtigosPapers>. Acesso em 25 Set. 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis\RJ: Vozes, 2016.

SILVA, C. R. C.; BATISTA, S. H. S. S. Apresentação. In: MARTIN, S. T. F. (Org.). *Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro: interdisciplinaridade e transformação social*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 7-10.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. S*aúde mental e atenção psicossocial frente á pandemia do coronavírus*. Governo de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Saúde, Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://coronavirus.saude.mg.gov.br/Saude\Coronavirus.pdf>. Acesso em 23 Set. 2020.

VALSINER, J. *Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução: Ana Cecília de Souza Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.

VIGOTSKI, L. S. *O Desenvolvimento psicológico na infância*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da arte*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia*. Tradução Cláudia Berliner. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução: Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner e Ellen Souberman. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. *A Construção do pensamento e da linguagem*. Tradução: Paulo Bezerra. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. Tradução: Paulo Bezerra. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ZWIELEWSKI, G. et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. *Revista Debates em Psiquiatria*. São Paulo, v. 47, n. 77. Maio 2020, p. 2-9. Disponível: <http://www.hu.ufsc.br/setorescontent/uploads.pdf>. Acesso em 22 Set. 2020.